

IN MEMORIAM

FERNANDO PITEIRA SANTOS

Historiador e Professor da Faculdade de Letras

António Borges Coelho

As novas gerações vão naturalmente ocupando o actual espaço social, político e ideológico, que o tempo cobre pouco a pouco as gerações que nos antecederam. E as que novamente assomam, assumem-se como se trouxessem definitivamente a verdade, às outras gerações oculta.

Esta novidade e irreverência também a assumiu a geração de Fernando Piteira Santos. E assumiu-a se não com mais irreverência, pelo menos com outros perigos, os da perda da liberdade e da própria vida.

A sua juventude foi marcada pela Guerra Civil de Espanha e pelos longos dias da Segunda Guerra Mundial. Certamente não faltam guerras a ensombrar o nosso horizonte de hoje mas a Guerra Civil de Espanha envolveu muitos portugueses na frente de batalha e, na Segunda Guerra Mundial, Portugal tornou-se o ponto de encontro da espionagem dos países beligerantes.

A vitória dos Aliados fez explodir a esperança, designadamente a de que a ditadura salazarista, como as suas congéneres europeias, chegara ao fim e que um mundo novo, uma «nova aurora» se abria para os povos de todo o mundo.

Mas Fernando Piteira Santos e muitos jovens da sua geração não ficaram à espera que os sonhos viessem ao seu encontro. No seu livro principal *Geografia e Economia da Revolução de 1820* utilizou como epígrafe uma frase de Lucien Febvre que ilustra bem o percurso da sua vida de cidadão e da sua actividade como historiador: «A História é isto: um meio de compreender e, por isso mesmo, de agir sobre o curso dos acontecimentos».

No passado, o historiador Fernando Piteira Santos procurava luz que iluminasse os passos novos e sem rede do presente. Creio que se pode mesmo afirmar que, ao escolher para objecto de estudo a Revolução de 1820, procurava iluminar caminhos para a revolução que se anunciava e que muitos supunham marcada pela emergência de uma nova classe social, a classe operária.

Fernando Piteira Santos licenciou-se na Faculdade de Letras de Lisboa em Ciências Históricas e Filosóficas. O ensino da História desligava-se da Geografia, sem a esquecer, para se aliar à Filosofia. Creio que este casamento da História com a Filosofia está na origem do traço comum que caracteriza muito os historiadores da sua geração, na época influenciados, confessem-no hoje ou não, pelas ideias de Marx: Julião Soares de Azevedo, Joaquim Barradas de Carvalho, António José Saraiva, Vitorino Magalhães Godinho, Jorge Borges de Macedo, Óscar Lopes, Joel Serrão, Vitor de Sá, Armando de Castro: o pendor problematizante, o travejamento conceptual com que ligam os acontecimentos.

Herdámos «uma historiografia e uma crítica literárias dominadas pela história política [entendamo-nos dos grandes chefes], a biografia e pela antiga erudição cronológica. Coube-nos a nós, nos anos 30, 40, fazer emergir o concreto sócio-histórico e o concreto textual ambos imanentes à literatura». São palavras de Óscar Lopes.

A economia e a sociedade estavam fora do interesse da investigação oficial. Os heróis com que se preocupava essa historiografia eram movidos pela fé e o império. Falar em interesses económicos, na sede do ouro e das riquezas, era entrar no caminho do sacrilégio.

O primeiro estudo de Fernando Piteira Santos intitula-se *As Grandes Doutrinas Económicas*. Impresso em 1951, o livro apareceu assinado com o pseudónimo de Arthur Taylor, a quem tratará mais tarde ironicamente como «meu companheiro de estudos e andanças». O volume obteve um grande sucesso editorial. Contaram-se pelo menos oito edições e 32 000 exemplares.

Breve ensaio sobre a história das doutrinas económicas, o texto ousava expor, entre outras, as traves mestras do pensamento de Karl Marx. Muitos jovens da geração de 50 encontraram, pela primeira vez, a história das diferentes doutrinas económicas no livro de Fernando Piteira Santos.

Às *Grandes Doutrinas Económicas*, seguiu-se a *Geografia e a Economia da Revolução de 1820*, completada em Junho de 1955 mas só publicada em 1962. Esta obra permanece como o seu mais importante legado no campo da historiografia. O título é inspirado numa obra quase homónima de Jaime Cortesão, mas referente à Restauração, e visava com isso homenagear esse grande historiador e patriota.

Fernando Piteira Santos nunca foi um historiador-antiquário que cultivasse a erudição pela erudição. Pretendia alcançar uma história totali-

zante. «A realidade histórica, a realidade económica, a realidade social são uma só e mesma realidade... São os nossos métodos de trabalho, as nossas técnicas de investigação, a utensilagem intelectual ao nosso alcance, o ângulo de ataque que escolhemos, que deformam, alteram e cindem a realidade total. O próprio carácter total da actividade humana sobrepõe e funde a história dos factos políticos e militares, a história económica e social, a história das ideias». Para Fernando Piteira Santos a história económica e social não podia desligar-se da história das ideias.

A metodologia marxista, bebida na leitura das fontes e temperada pela prática da Escola dos *Annales*, é bem visível na *Geografia e Economia da Revolução de 1820*. Marx não é expressamente citado por causa do lápis azul da censura política mas são-no Lucien Fébvre e Fernand Braudel. A dado passo, reflectindo sobre a geografia eleitoral, desenhada pelas eleições para a Assembleia Constituinte, o próprio autor nos esclarece os seus trilhos num texto metodologicamente muito actual: «A nossa intenção não é reduzir a uma mera relação mecânica a teia subtil das reacções e interacções que formam a anatomia da vida social, e não se trata apenas de ver em que medida, e como, os caracteres geográficos e económicos das várias províncias condicionam a atitude política dos eleitores e dos eleitos, mas também de prescrutar se não haverá neste processo um lugar para as determinantes: ideológicas, religiosas ou políticas». Piteira Santos não usou cartilhas nem dividiu a realidade em dois planos horizontais com o plano das ideias e das mentalidades como mera e mecânica expressão do económico e do social.

A *Geografia e a Economia da Revolução de 1820* acompanha o desenvolvimento geográfico do triunfo da chamada Regeneração (a palavra é hoje conotada como reacção mas era então bandeira dos revolucionários de 1820), desde o levantamento do Campo de S. Ovídio, no Porto, à sublevação de 15 de Setembro em Lisboa. Identifica depois as correntes que se afrontam no seio da revolução e o papel dos grupos de cidadãos armados, «capitaneados por pessoas decentemente vestidas» que cercaram os quartéis em 17 de Novembro de 1820 jugulando uma tentativa de golpe militar. O estudo avança para a análise quantitativa e qualitativa da geografia eleitoral, traçada pelas eleições para a Assembleia Constituinte, análise ainda hoje modelar. E de novo mostra que o debate de 1821 estava longe de estar encerrado. «A hipótese de trabalho que escolhemos é a de que certas questões que os constituintes de 1821 vão debater revestem uma importância fundamental, não só porque se trata de problemas relacionados com a autenticidade do regime representativo que se pretende instaurar, como são índices seguros de uma forte vontade de o instaurar, como, e principalmente, porque se relacionam com um longo debate político que cobre toda a história de Portugal contemporâneo – o da validade da ideia de soberania popular e da definição dos meios que efectivamente assegurem o seu exercício». Os revolucionários de 1820, com luta e sacrifício,

procuravam assentar o Estado moderno sobre as bases ainda bem frágeis da democracia representativa.

Nas amplas notas que finalizam o volume, Fernando Piteira Santos evoca um conjunto de vocábulos que poderiam expressar com maior ou menor rigor os acontecimentos de 1820. São elas pronunciamento, revolução, revolta, sublevação, insurreição, levantamento, sedição, motim, ber-narda, intentona, tumulto, golpe de Estado. Estas palavras estavam no próprio fogo do debate, travado pelos clandestinos ou semi-clandestinos, que lutavam pela liberdade e a instauração da democracia. Significativamente escolhia, para o momento inaugural da Revolução de 1820, a designação «pronunciamento militar» que os populares do Porto e principalmente de Lisboa haveriam de transformar em revolução.

São palavras rigorosas e proféticas. Como em 1820, a Revolução de Abril de 1974 iniciou-se por um pronunciamento militar que rapidamente se transformou em movimento revolucionário.

Naquelas horas de brasa, a vida e o tumulto entraram também pelas portas da Universidade Portuguesa. De 1974 a 1988, data da sua jubilação, Fernando Piteira Santos leccionou História Contemporânea de Portugal no Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa. Depois de 1988, dirigiu seminários de mestrado na Universidade Nova de Lisboa.

Em 1974 todos os olhos se voltavam para as regiões do conhecimento anteriormente interditas, as épocas moderna e sobretudo a contemporânea e todo o mundo oculto e proibido das ciências sociais e humanas. Foram tempos de contestação e negação universal e também de criação e afirmação de valores.

O ensino da História alcançou por fim largamente a história moderna e a história contemporânea. Dada a ignorância geral e por iniciativa de Fernando Piteira Santos, foi criada a cadeira propedêutica *Introdução ao Portugal Contemporâneo*.

Piteira Santos, além das aulas de *História de Portugal Contemporâneo*, orientou seminários e participou na direcção do Centro de História. Aliava a uma informação espantosa, a lucidez, a ironia e o livre e criador exercício das ideias. E sempre a preocupação maior em torno da qualidade do ensino universitário que passava pelo desenvolvimento da investigação.

Em 1979 publicou o volume *Raúl Proença e a Alma Nacional*. O livro nasceu das suas aulas de História de Portugal Contemporâneo. Fernando Piteira Santos sentia-se atraído por esta figura ímpar da I República. Creio mesmo que se revê nalguns traços do percurso deste pensador e tribuno.

No campo da historiografia, deixou outra colaboração dispersa, em particular estudos ligados à história da classe operária.

Fernando Piteira Santos está muito acima da obra escrita que nos legou e ficará como uma das vigorosas personalidades que marcaram os últimos cinquenta anos da vida política e cultural portuguesa. Uma das suas quali-

dades mais eminentes era a capacidade de surpreender e circunscrever a situação concreta, era a fina intuição que o levava rapidamente a apanhar o nó dos problemas e a ajudar-nos a desatar esses mesmos nós.

Uma nota final. À modéstia, ao desapego dos bens e das honras juntava a generosidade e a coragem que marcaram a entrega da vida toda à luta por um mundo mais fraterno, por um mundo radioso de utopia.

MANUEL CARDOSO MENDES ATANÁZIO
Professor Catedrático da Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa 1927-1992

Maria do Rosário Themudo Barata

Nascido em Cortiço da Serra, concelho de Celorico da Beira, fez o curso teológico nos Seminários do Fundão e da Guarda, a que se seguiu a licenciatura em História Eclesiástica na Pontifícia Universidade Gregoriana em 1957 («Estética»), a licenciatura em Arqueologia Cristã no Pontifício Instituto de Arqueologia Cristã («Paleo-cristão»), a frequência de diversas cadeiras de Arte na Università degli Studi de Roma. Em Lovaina, na Universidade Católica, obteve, em 1963, a licenciatura em Arqueologia e História da Arte (diss. «La Capella del Cardinale di Portogallo a Firenze, alla luce di nuovi documenti») e, em 1967, o doutoramento em Arqueologia e História da Arte com a dissertação «La Costruzione dello Spedale degli Innocenti a Firenze», e, como tese anexa, «La problematica riguardante la «Porta del Paradiso» de Lorenzo Ghiberti non è stata ancora risolta di una maniera precisa», com a classificação final de «La plus grande distinction». Estas obras que mereceram o interesse dos especialistas internacionais são menos conhecidas entre nós, com excepção da dissertação de licenciatura, pois não foram editadas em Português.

Professor do ensino preparatório e secundário em Angola a partir de 1969, tomou posse, em 1970, do cargo de Assistente Eventual da Universidade de Lourenço Marques, onde, obtida a equiparação de doutoramento em 1973, foi contratado como Professor Auxiliar. Em 1974 tomou posse de lugar da mesma categoria na Universidade do Minho e, de 1976 a 1977, foi professor colaborador na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, na Faculdade de Arquitectura.

As suas funções docentes na Faculdade de Letras de Lisboa principiam em 1978, como Professor Auxiliar, passando, após apreciação curricular,

a Professor Associado em 1979, com nomeação definitiva em 1984. Professor Agregado após provas públicas em 1987, é nomeado Professor Catedrático no ano seguinte.

Impulsionador da criação da Variante do Curso de História – História da Arte, da Faculdade de Letras de Lisboa (a primeira variante da licenciatura em História) de que foi o primeiro coordenador, impulsionador, na sequência, da criação do Mestrado em História da Arte, Director do Instituto de História da Arte da mesma Faculdade, fundador da Coleção *Cadernos de História da Arte*, da Faculdade de Letras de Lisboa, publicação que recebeu o patrocínio da Câmara Municipal de Lisboa e onde o Professor Mendes Atanázio se propôs dar a conhecer os trabalhos de investigação dos docentes, mestrandos e licenciados da Variante de História da Arte de que era responsável, sócio fundador da Associação Portuguesa dos Historiadores de Arte, artista plástico de obra meritória mas pouco divulgada, entusiasmou alunos e colaboradores mais chegados pela sua personalidade muito vincada e por muitos contestada.

Da sua produção bibliográfica, cuja relação integral importa elaborar, destacam-se:

- *Arte Moderna e Arte da Igreja, Critérios para Julgar e Normas de Construção*, Coimbra, Direcção Geral de Urbanização, 1959.
- *Arquitectura do Manuelino, Novos Problemas de Espaço e Técnica*, Caderno, n.º 1, Moçâmedes, 1969.
- *A Capela do Cardeal de Portugal à luz de novos Documentos*, Parte I, *Documentos*, Milano, Dott Giuffrè editore, 1961.
- «O Mausoléu de D. Jaime em Florença», *Revista de Ciências do Homem*, vol. VI, Série A, Universidade de Lourenço Marques, 1974, pp. 1-69.
- *A Arte em Florença no séc. XV e a Capela do Cardeal de Portugal*, Coleção Arte e Artistas, ed. sob auspícios do Comissariado da XVIIª Exposição europeia de Arte, Ciência e Cultura, Conselho da Europa, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.
- «A vinda de Andrea Sansovino a Portugal», in *A Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica*, Actas do Simpósio Internacional do Instituto de História da Arte da Universidade de Coimbra, Epartur, 1981, pp. 191-200.
- *A Arte do Manuelino: Mecenas, Influências, Espaço*, Lisboa, Editorial Presença, 1984.
- «Introdução» à obra de Albrecht Haupt, *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1986.
- «No 1.º Centenário da «descoberta» dos Painéis de S. Vicente de Fora – apelo ao Laboratório», ensaio de 43 páginas entregue em 1983 para ser incluído nas Actas do Congresso Internacional sobre os Descobrimientos Portugueses, realizado por ocasião da XVIIª Exposição do Conselho da Europa.

LUÍS GUILHERME MENDONÇA DE ALBUQUERQUE (1917-1992)

A. A. Marques de Almeida

Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque (6/3/1917-22/01/1992) deixou-nos. Com a mesma simplicidade com que viveu, partiu, deixando uma obra notabilíssima de investigador e um lugar cimeiro na historiografia portuguesa deste século. Licenciado em Matemática em 1939 e em Engenharia Geográfica em 1941, veio a doutorar-se em Matemática, em Coimbra, em 1959, tendo atingido a cátedra em 1966. Professor de Matemática até à sua jubilação universitária (1987) foi pioneiro dos estudos das matrizes matemáticas, de que deixou notáveis continuadores na Universidade de Coimbra.

Mas o Professor Luís de Albuquerque foi historiador e, em dezenas de anos de labor científico e em centenas de entradas bibliográficas, legou-nos um espaço de reflexão de primeiríssima água, em torno das questões da História dos Descobrimentos e da História da Ciência. Deixou estudos sobre Náutica e sobre Cartografia de que se tornou, no plano mundial, um dos mais conceituados autores.

Como reconhecimento deste labor, ele que era matemático por formação científica e historiador por amor da História, a Universidade de Lisboa, em cuja Faculdade de Letras regera seminários de História dos Descobrimentos depois de 1974, concedeu-lhe em 1985 o grau de doutor «honoris causa». Na Faculdade de Letras de Lisboa, e no seu Departamento de História, tinha Luís de Albuquerque muitos amigos, discípulos e alunos que eramos todos nós; durante anos a fio orientou teses de mestrado e de doutoramento, participou em júris, viveu entre nós. Era da Casa. Era um dos nossos.

A sua obra é um caso ímpar por muitas razões diferentes, a primeira das quais é o sentido inato, e muito apurado, do ajustamento da sua visão à realidade em mutação. Esta atitude gerou as suas sucessivas visões do Mundo e não conheço melhor exemplificação do que diz Paul K. Feyerabend (a Ciência não é facto mas interpretação do facto) do que o seu caso. Possuía em elevado grau aquela sabedoria da incerteza de que nos fala Kundera e, talvez por isso, a interpretação revisitada é uma constante na sua produção historiográfica.

De tal modo esta atitude mental documenta a sua inquietação que ela acaba por se transformar no motor da aprendizagem que toda a vida o caracterizou como homem de ciência. O gosto pela aventura intelectual, o prazer da inovação e da descoberta matizaram-lhe a vida e a obra como se de uma só coisa se tratasse e nelas se revisse, até ao fim dos seus dias, com uma surpreendente vitalidade.

A reinterpretação das linhas principais do pensamento científico em Portugal devem-se ao labor de Luís de Albuquerque. Não que antes dele nomes de mérito como Sousa Viterbo, Duarte Leite, Joaquim de Carvalho, Luciano Pereira da Silva não tivessem já desbravado o matagal denso dos acervos da inventariação e da descrição dos factos, ou que os seus coetâneos, Joaquim Barradas de Carvalho ou Vitorino Magalhães Godinho não tivessem dado forma a sólidas propostas de trabalho no domínio da nossa pré e proto-modernidade.

O discurso historiográfico de Luís de Albuquerque inova na interpretação da factologia e na identificação heurística do que, até aos anos sessenta, foram a História dos Descobrimentos e a História da Ciência em Portugal.

Mercê da sua formação académica e científica, mas sobretudo pela sua personalidade amável e firme, Luís de Albuquerque representa a fusão harmoniosa do Matemático com o Historiador, do Cientista com o Humanista, a confessar com humildade as dificuldades que se erguem no caminho da pesquisa, mas a compreender, como ninguém, quanto a renovação do ofício do historiador se faz no deve e haver da interdisciplinaridade.

Nos últimos anos de vida, Luís de Albuquerque considerava-se então velho para encetar novos rumos, mas não deixava de, exemplarmente, os apontar à curiosidade dos novos investigadores com quem trabalhava de perto. A sua vida passara-a, como ele próprio confessou, como quem respira, e respirando cativa e estimula a abertura dos novos caminhos.

Luís de Albuquerque morreu. Legou à cultura e às gentes portuguesas páginas importantes da sua identidade e deixou em todos nós, que nesta Casa com ele trabalhámos, uma indelével memória de alegria.

O TOQUE DE SILÊNCIO

Maria do Rosário Themudo Barata

Quando se ultimavam os preparativos para a edição deste número da Revista *CLIO*, publicação do Centro de História da Universidade de Lisboa, o Professor Doutor Jorge Borges de Macedo percorria os últimos passos de Agonia, vindo a falecer na manhã do dia 18 de Março de 1996. O Mestre Admirado e Seguido por tantas gerações de alunos que o terão, sempre, como referência necessária, o Mentor da renovação historiográfica da Universidade de Lisboa, a Personalidade Ímpar na Universidade, na Cultura e na Vida Pública Portuguesas, que a excepcional Inteligência e a constante Indagação guindou ou votou a uma solidão dificilmente ultrapassável porque dificilmente compreendida, esperou a hora da morte na expectativa cristã de despojamento e entrega nas mãos de Deus, no sofrimento e no pudor da doença, acolhendo emocionado os amigos que o procuraram até aos últimos dias.

Combatente pelo combate da Inteligência e da Verdade, desta exigência fez o cerne da sua concepção de justiça. Desta interpelação, que por vocação abraçou, hauriu a razão íntima da intrepidez e da tenacidade. Dessa evidência partiu para encontrar a dos outros, em diálogo e descoberta até ao limite da energia e da vontade de compreender.

A tensão dialéctica entre a razão e o real, e a paixão, que viveu até ao máximo da capacidade, caldeou-a com a diversíssima experiência colhida ao longo da vida, da qual a abnegação, o sacrifício, a dádiva que praticou seguindo a consciência, que lhe ditou, igualmente, contrição, arrependimento e perdão, passaram despercebidos a muitos, até por vezes aos próprios destinatários, atentos aos contornos de relevo da personalidade, mas desconhecendo ou querendo ignorar o homem.

A morte do Professor Doutor Jorge Borges de Macedo colheu os amigos e discípulos de surpresa, por estes a quererem humanamente adiar o mais possível. Sentimos todos a ausência do Mestre, do Amigo Pessoal Indefectível, capaz de dizer a palavra de exortação, de aprovação ou crítica, de apoio pessoal em horas difíceis, de advertência para a actuação

necessária e responsável. Sentimos todos a perda do firme e prestigioso esteio da Instituição Universitária, como exigência constante de carácter e de serviço, no ensino e na pesquisa, em prol da Comunidade Humana, lugar de promoção e de dignificação dos homens e não do seu aniquilamento.

Esta hora é de silêncio. Não é, ainda, a hora de um renovado olhar à Sua Obra, de que nos foi apresentado o percurso por ocasião da Jubilação Universitária, que tivemos a felicidade de poder celebrar e de que este número da Revista *CLIO* é, também, um eco. Não é, ainda, a hora de avaliar a Escola Historiográfica que dinamizou e, em muitos aspectos, criou. Não é, ainda, a hora de compreender a real influência que o Professor Doutor Jorge Borges de Macedo exerceu na vida pública e cultural de Portugal.

A hora é para lembrar o Homem, um dos maiores Pensadores de Portugal, o Professor Brillhante e Excepcionalmente Sabedor, o Cientista Multifacetado e Vigilante, o Perscrutador Perspicacíssimo de homens e conjunturas, o Português de Aquilatado Vigor que amou Portugal em transe e em identificação e que lutou contra os sentimentos de angústia quanto ao nosso devir para afirmar, como fez na Lição da Jubilação lembrando Camões, que, como Camões sentiu, o destino de Portugal se tem de cumprir em exigência e escolha, numa vontade de ser, em sobrevivência, numa Fé que ultrapasse toda a contingência.

Perante este Combatente do Bom Combate, como disse São Paulo, os amigos, os discípulos querem, hoje, dizer PRESENTE, SENHOR PROFESSOR, estamos presentes e animados a continuar, no limite das nossas forças e das nossas capacidades, em prol da defesa dos valores da Escola a cujo serviço pôs toda a Vida, em prol da divulgação e frutificação de um Relevantíssimo Legado científico e humano, com toda a nossa admiração, com todo o nosso reconhecimento e com toda a nossa saudade.

Lisboa, 25 de Março de 1996